



NIZA SOUZA E AGÊNCIAS
csouza@jj.com.br

Racha

Depois da saída conturbada do vice-prefeito de Campo Limpo Paulista, Aléssio Grandizoli (PDT), do comando da Secretaria de Administração e Finanças, o prefeito doutor Japim Andrade se manifestou nas redes sociais: "Estou extremamente entristecido com os acontecimentos dos últimos dias e me sinto no dever de vir a público para esclarecer."

Demissão

Doutor Japim também falou sobre os motivos da saída de Grandizoli do cargo. "Infelizmente precisei retirar do cargo de secretário de Administração e Finanças o meu vice-prefeito Aléssio Grandizoli, por não concordar com a linha que vinha adotando e o rumo que estava dando em diversos processos da Prefeitura de Campo Limpo Paulista. Não era o que eu queria, mas foi a melhor medida para a nossa cidade."

Redes sociais

Grandizoli também recorreu às redes sociais para dar satisfação aos eleitores: "Gostaria de dizer a toda população que estou me afastando do cargo de secretário, mas jamais abandonarei o de vice-prefeito, que me foi outorgado democraticamente. Gostaria que tivéssemos novas eleições o mais rápido possível, porque eu quero derrotar o traidor nas urnas."

Município Verde Azul

Nesta segunda-feira (8), a Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente de Jundiá vai entregar a documentação necessária para a primeira pré-certificação no Programa "Verde Azul", do Governo do Estado. O programa mede e apoia a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda nos municípios. Em agosto ocorre uma segunda pré-certificação e, em outubro, a entrega final da documentação.

Pronunciamento

O presidente Michel Temer decidiu gravar pronunciamento para fazer um balanço de um ano à frente do Palácio do Planalto, a ser completado na próxima sexta-feira (12). O peemedebista já discute com a equipe presidencial o pré-roteiro e o discurso para a gravação. Ele não definiu ainda, no entanto, se ele será exibido em cadeia nacional de TV e rádio ou apenas nas redes sociais.

Nas redes sociais

No 1º de Maio, o presidente Michel Temer seguiu a estratégia de sua antecessora, Dilma Rousseff, e preferiu fazer um discurso apenas para as redes sociais, evitando vaías e "panelaços". No pronunciamento, o presidente pretende elencar as principais conquistas do período, fazer um apelo em defesa das reformas trabalhista e previdenciária e antecipar medidas que serão adotadas. Ele ainda programa um evento no Palácio do Planalto na sexta (12), onde fará discurso.

PARTIDOS

Presidente estadual esteve em Jundiá ontem para anunciar o vereador Cícero da Saúde no comando local da legenda

PROS tem nova executiva municipal e regional

NIZA SOUZA
csouza@jj.com.br

Em reunião ontem (5) pela manhã, na Câmara Municipal de Jundiá, o presidente estadual do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e vereador de São Paulo, Ricardo Teixeira, anunciou a nova Comissão Executiva municipal. O único vereador do partido na cidade, Cícero Camargo da Silva, foi oficializado como novo presidente municipal e também regional da legenda.

O partido estava com a presidência municipal vaga desde janeiro deste ano, quando o então presidente Gilberto Valverde foi preso (o processo corre em segredo de Justiça). O vice, Serginho de Jesus, respondia interinamente pelo cargo e disse ontem ter sido pego de surpresa com a pauta da reunião. Já a coordenação regional da legenda no período eleitoral estava a cargo do ex-prefeito de Jundiá Derval Orlato, que atualmente comanda a Secretaria de Governo de Campo Limpo Paulista. Orlato não participou da reunião de ontem.

Cícero da Saúde, como é conhecido o vereador, se disse surpreso com o convi-



CARA NOVA Presidente e secretário estadual do partido estiveram ontem em Jundiá para anunciar Executiva local do partido

te. "A gente sabia que era necessário nomear um novo presidente, mas não esperava ser convidado", comentou. Cícero é considerado novato na política. Se candidatou pela primeira vez em 2012 pelo PSDB e foi eleito primeiro suplente do partido. No ano passado, conseguiu se eleger pelo PROS,

com 2.613 votos, e assumiu uma das cadeiras da Câmara de Jundiá.

"Estou feliz em assumir mais esse desafio. Entrei na política com poucas pretensões e hoje tenho a confiança do partido. Sempre digo que o PROS não é oposição. O partido está do lado da população. Agora, de cara no-

va, vamos fazer nossa parte", afirmou.

Renovação

Durante a reunião, Ricardo Teixeira, que assumiu a presidência estadual em novembro do ano passado, falou em renovação do PROS em todas as esferas. "Estamos buscando nas cidades

onde o partido tem vereador eleito e convidando o parlamentar para assumir o comando local", explicou. "Não tem lógica, na cidade onde temos representante eleito, esse não ser o presidente."

Além do comando municipal, Cícero também foi convidado - e aceitou - a presidência regional do PROS, que abrange nove municípios: Jundiá, Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jarinu, Morungaba, Itatiba, Louveira, Itupeva e Cabreúva. Essas cidades têm cerca de 650 mil eleitores (segundo o Tribunal Superior Eleitoral) e contam com apenas três vereadores eleitos pelo PROS para a atual legislatura. Em todo o Estado de São Paulo, o partido tem 90 vereadores.

Teixeira sinalizou ainda que conta com Cícero - e os demais presidentes regionais do Estado - para concorrer ao cargo de deputado estadual nas próximas eleições majoritárias. "Temos de fortalecer o partido e vocês precisam ajudar a legenda", frisou.

Ao lado de Cícero, Elifas Eripharario assumiu a vice-presidência municipal do PROS.

RECORREU DA DECISÃO

Defesa de Palocci pede ao STF que liberdade não seja julgada no plenário

A defesa do ex-ministro Antonio Palocci recorreu da decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), de enviar para o plenário da Corte o julgamento definitivo de um pedido de liberdade. Fachin tomou a decisão após rejeitar pedido provisório para soltar Palocci, preso em setembro do ano passado na Operação Lava Jato.

No recurso, os advogados alegam que o ex-ministro deve ser julgado pela Segunda Turma, responsável pelos julgamentos da Lava Jato no Supremo, e não pelo plenário. "A decisão agravada não se sustenta, seja porque completamente desfundamentada, seja porque não pode, a descoberto de razões, subtrair o julgamento

do mandamus do seu juiz natural, que é a colenda Segunda Turma", sustenta a defesa.

Ao enviar o julgamento de mérito ao plenário, o ministro tenta obter apoio da Corte para manter as prisões na Lava Jato. Fachin é relator das ações da operação no colegiado e foi derrotado na terça-feira (2), por maioria, na votação que concedeu liberdade ao ex-ministro José Dirceu. Antes da decisão que beneficiou Dirceu, os empresários José Carlos Bumlaí e o ex-tesoureiro do PP João Claudio Genú foram soltos por decisão da Turma.

Além dos ministros Edson Fachin, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e Gilmar Mendes, que fazem parte do colegiado da

Lava Jato, a Corte é formada pelos ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Marco Aurélio e pela presidente, Cármen Lúcia.

Na decisão em que negou liberdade provisoriamente a Palocci, Fachin entendeu que não há nenhuma ilegalidade na decisão do juiz federal Sérgio Moro, que determinou a prisão. "O deferimento de liminar em habeas corpus constitui medida excepcional por sua própria natureza, que somente se justifica quando a situação demonstrada nos autos representar manifesto constrangimento ilegal, o que, nesta sede de cognição, não se confirmou", afirmou. (Agência Brasil)

RIO DE JANEIRO

Procuradoria apela ao TSE para manter cassação de Pezão e Dornelles

A Procuradoria Regional Eleitoral no Rio de Janeiro quer manter a cassação do mandato e a inelegibilidade do governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, e do vice-governador, Francisco Dornelles. O pedido foi encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dois tiveram o mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), no dia 8 de fevereiro deste ano, por abuso de poder político e econômico, por conceder benefícios a empresas prestadoras de serviço ao Estado, em troca de posterior-

res doações à campanha, em 2014. Em consequência, ficaram inelegíveis por oito anos.

Pezão e Dornelles alegam, no recurso que fizeram ao acórdão do TRE-RJ, que a licitude das doações recebidas das empresas está comprovada pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas da campanha de 2014. Eles justificaram que não foi comprovada relação entre doações e contratos firmados pelo poder público com a construtora Queiroz Galvão, a operadora Oi, o frigorífico JBS e outros consórcios.

Para o procurador regional eleitoral Sidney Madruga, as irregularidades demonstradas no processo, comparando as datas dos benefícios e das doações, referem-se a "uma grande manobra de financiamento de campanha" para simular legalidade. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), a campanha do governador e do vice arrecadou R\$ 40 milhões a mais do que a do segundo candidato com maior renda.

Pezão e Dornelles permanecem no cargo até que o recurso seja julgado. (Folhapress)

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Maia diz que não fará alteração no texto

O relator da reforma da Previdência na Câmara, deputado Arthur Maia (PPS-BA), disse à Agência Brasil que não há mais nenhuma chance de ele fazer alterações no relatório apresentado à comissão especial. O texto-base do projeto substitutivo elaborado por Maia com mudanças em relação à proposta original de emenda à Constituição (PEC 287/16), encaminhada pelo governo para alterar os critérios de acesso ao benefício da aposentadoria, foi aprovado na quarta-feira (3).

Apesar do atraso no trabalho da comissão especial causado pela invasão do plenário pelos agentes penitenciários, Maia negou qualquer possibilidade de reinclusão da categoria no texto principal ou de qualquer tipo de alteração até terça-feira (9), quando está prevista a próxima reunião da comissão. "Não tenho mais nenhum poder sobre isso, quem deve decidir agora é o plenário". A expectativa de Maia é que o processo de votação seja todo concluído no dia 9, com a manutenção do teor principal de seu texto.

Durante a reunião destinada à votação do parecer, na quarta-feira, Maia fez ajustes no relatório final. Entre as alterações de última hora, o relator chegou a incluir os agentes penitenciários no grupo de servidores com direito à aposentadoria com limite de idade reduzido. Algumas horas depois, Maia retirou e retirou os agentes do texto. Ele reiterou à Agência Brasil que a decisão ocorreu exclusivamente por pressão dos parlamentares.

Maia defendeu que os responsáveis pela invasão sejam penalizados. "O que aconteceu foi um ato criminoso que tem que ser punido no rigor da lei." O texto de Maia só poderá ser alterado a partir de agora se os destaques - sugestões de mudanças apresentadas pelos parlamentares da comissão - forem aprovados. Na última reunião, as bancadas registraram 13 requerimentos de destaques.

Comissão especial

Desde fevereiro, quando foi criada, a comissão especial da reforma da Previdência ouviu 70 especialistas e representantes de diferentes órgãos e entidades em audiências públicas e seminários. Nas últimas semanas, a comissão fez cinco sessões deliberativas, entre elas, a que aprovou o texto principal do projeto apresentado pelo relator Arthur Maia.

A próxima reunião, do dia 9, deve ser a última. Depois da conclusão do voto dos destaques, se ocorrer alterações, os membros do colegiado finalizarão o texto que seguirá para o plenário, onde o texto, segundo Maia, pode voltar a ser alterado por meio da apresentação de emendas e destaques.

O texto aprovado pela comissão deve ser publicado no Diário Oficial da Câmara logo após o encerramento dos trabalhos na terça. A partir daí, é contado o prazo de, pelo menos, duas sessões para que o projeto seja encaminhado ao plenário, o que deve ocorrer na semana do dia 15. (Agência Brasil)